

A feminização do magistério em Pernambuco (1872-1890)



Flávia Bruna Ribeiro da Silva Braga

Graduada em História
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo:

Este artigo tem como objetivo trazer novas perspectivas à feminização do magistério em Pernambuco, consequência do período econômico do final do Império e do crescimento das escolas mistas, a partir da análise da documentação da Inspeção de Instrução Pública em Pernambuco, sob a guarda do Arquivo Público Jordão Emerenciano, no período de 1872 a 1890. O fim do Império e as repercussões no ensino público da província são aspectos gerais do tema a ser abordado.

Palavras-chave:

Brasil — História — Século XIX
Pernambuco — Condições sociais
Magistério — Mulheres

A História da Educação em Pernambuco é um campo ainda pouco explorado. Mais desconhecido ainda é o período Colonial e Imperial da educação em Pernambuco, que tem na tese de doutoramento da Prof.^a Adriana Maria Paulo da Silva, um dos trabalhos pioneiros sobre o tema.¹ Baseado no caminho traçado por Adriana Silva, o estudo sobre a atuação social dos professores públicos na província de Pernambuco continua através das pesquisas feitas por graduandos sob a sua orientação, através de bolsas de iniciação científica da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Neste artigo, buscamos tratar da participação feminina no magistério público de Pernambuco no final do Império e traçar os principais aspectos que levaram a profissão de professor primário a uma esfera majoritariamente feminina já no fim do século XIX. Tendo como principal referência as cidades de Olinda e Recife e o período do ocaso do Império, este artigo busca trazer novas discussões acerca da feminização do magistério em Pernambuco.

De acordo com June E. Hahner, a feminização do magistério, durante a década de 70 do século XIX, está ligada ao ensino feminino, mais valorizado pela camada social que prestigiava o desenvolvimento material e o progresso da nação no qual “salientam o poder da mulher para orientar o desenvolvimento moral de seus filhos e a formação de bons cidadãos para a Nação”.² Afirma ainda o autor que o crescimento de mulheres alfabetizadas nos centros urbanos mais desenvolvidos forneceu um grande potencial de professoras contratadas por salários mais baixos.³ O argumento de Hahner é fundamental para a defesa do mesmo princípio para o fenômeno ocorrido em Pernambuco, o qual procuramos elucidar ao longo do artigo.

Na Corte, a feminização do magistério está relacionada com a Escola Normal mista criada, em 1880, em decorrência da lei que regulamentou a coeducação de ambos os sexos em 1879.⁴ Acrescenta-se a

1 Adriana Maria Paulo da Silva, *Processos de construção da escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*, Recife, Editora Universitária da UFPE, 2007, p. 398.

2 June E. Hahner, “Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX”, *Revista de Estudos Feministas* (2011), p. 468.

3 Hahner, “Escolas mistas, escolas normais”, p. 468.

4 Marina Natsume Uekane, “Mulheres em sala de aula: um estudo acerca da feminização do magistério primário na Corte (1879-1885)” in: Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (30.: 2007: Caxambu), *Pósteres*, Caxambu, ANPED, 2007, <http://30reuniao.anped.org.br/posteres/GT02-3332-Int.pdf>, acesso em 22 mai. 2014.

presença da Escola Normal mista, a presença de positivistas como Benjamin Constant que professavam a qualidade feminina para o magistério. Afirma Marina Natsume Uekane que a questão da feminização está ligada “à presença das meninas nas escolas primárias, devendo este espaço ser organizado para recebe-las”.⁵ Em relação à feminização em Pernambuco, não é possível concordar com Uekane, visto que o acesso à profissionalização no magistério feminino era muito restrito e, por vezes, desencorajado — principalmente quando se tratavam das aulas gratuitas da Sociedade Propagadora da Instrução Pública — a questão da feminização do magistério em Pernambuco está ligada, portanto, a outros fatores.

Também em Minas Gerais, a feminização do magistério é estudado a partir da ótica das Escolas Normais.⁶ Nesta província, o número de professoras públicas tem um rápido crescimento a partir da década de 1860. Ali o discurso de valorização da competência feminina para o magistério parece ser pioneiro em relação a outras províncias brasileiras, visto que, já em 4 de fevereiro de 1841, o Presidente da Província de Minas Gerais destacava essas qualidades. Também em Minas, o ensino de escolas mistas — como veremos no caso de Pernambuco — era anterior à legislação de 1879, que regulamentou o ensino coadunado. No Relatório ao Presidente da Província, de 1879, já afirmava o Inspetor que ali as mulheres estavam lutando pela paridade salarial. Cito:

Tem elas (as professoras) de reger escolas mistas frequentadas pelos meninos de ambos os sexos, escolas que já existiam em nossos costumes, antes de qualquer prescrição legal, sem inconvenientes algum; organizados como se acham, além de econômicas, podem trazer muitas vantagens à educação dos costumes.⁷

Afirmam os autores ainda que — assim como defendo para o caso de Pernambuco — cai por terra o argumento de que as Escolas Normais tiveram papel preponderante na feminização do magistério, já que a formação de professora era em número muito reduzido e a presença de

5 Uekane, “Mulheres em sala de aula”, p. 4.

6 Luciano Mendes de Faria Filho e Elenice Fontoura de Paula Macedo, “A feminização do magistério em Minas Gerais (1860-1910): política, legislação e dados estatísticos” in: Congresso Brasileiro de História da Educação (3.: 2004: Curitiba), *Anais*, Curitiba, SBHE, 2004, <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo5/478.pdf>, acesso em 10 jun 2013.

7 Faria Filho e Macedo, “A feminização do magistério em Minas Gerais”, p. 5.

professoras não-normalistas (sem formação) era expressivo. O magistério, provavelmente, teria se tornado feminino no fim do século, em Minas Gerais, independente da Escola Normal.

Também na Bahia, o processo de feminização do magistério se registra no período final do século XIX, quando a matrícula feminina da Escola Normal supera o número das matrículas masculinas no período Republicano (1895).⁸ Diferentemente de Pernambuco, na província da Bahia, a criação de Escolas Normais no interior do estado (Caetité e Barra) demonstra uma intenção em aumentar o número de professores em várias regiões e não apenas na capital. Em Pernambuco, a criação de Escolas Normais ficou a cargo da Sociedade Propagadora, fruto do voluntarismo dos professores em regiões suburbanas da “Escola Normal Oficial”. O estudo supracitado defende que a feminização do magistério, na Bahia, esteve ligado a um crescente aumento do interesse feminino pelos estudos, tendo na profissão de professora a única via para ingressar nesse meio. Apesar de não termos, em nenhum momento da pesquisa, elementos que demonstrassem o afã feminino pelo estudo, não desconsideramos tal argumento visto que o número de alunas, tanto nas escolas primárias quanto nas noturnas e Normais, aumentaram progressivamente no mesmo período.

A região

A divisão geográfica que foi adotada pela pesquisa utilizou-se da concepção dos limites de Recife e Olinda reconhecidos pela Secretaria ou Inspetoria da Instrução Pública em seus documentos.⁹ Dividimos unicamente com intenções didáticas, portanto, a região do Recife entre “centrais” e “subúrbios”, bem como Olinda. De acordo com os diretores que exerceram o cargo durante o período analisado (João José Pinto Júnior, João Barbalho

8 Sara Martha Dick, Marise da S. Urbano Lima e Marília F. da Purificação, “Feminização do magistério primário baiano, 1889-1930” in: Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais (2.: 2009: João Pessoa), *Culturas, leituras e representações*, João Pessoa, UFPB, UEPB, 2009, <http://itaporanga.net/genero/gt1/20.pdf>, acesso em 10 jun 2013.

9 Órgão estadual administrativo no período Imperial na província de Pernambuco. A ressalva do nome do órgão público se dá pela transformação da legenda a partir de 1879 com a reforma do ensino público.

Uchoa Cavalcanti e Arthur Orlando da Silva) eram as primeiras ditas “nesta cidade” ou “nesta capital” e as segundas ditas como “freguesia próxima”, “povoação” “vila próxima”, ou “subúrbio” desta cidade ou capital, conforme se tratasse de Recife ou Olinda. Reforçam a divisão estabelecida as evidências de prestígio e gratificações recebidas por professores de áreas centrais no Recife, que não ocorriam nas regiões dos subúrbios, apesar de também serem esses espaços parte da cidade.¹⁰ Um terceiro argumento que utilizamos é fornecido pela reforma do ensino público, em 1879, promovida por João Barbalho Uchôa Cavalcanti, então Inspetor Geral da Instrução Pública, que dividiu as cadeiras (ou aulas) públicas de ensino primário no estado em três “entrâncias”.¹¹ As cadeiras de 1ª entrância tinham sido estabelecidas recentemente, eram mais afastadas da capital, com menor frequência de alunos e ministrada por professores geralmente recém-formados. As de 3ª entrância, por sua vez, eram cadeiras mais antigas ministradas por professores experientes. Isso acarretava o pagamento desigual dos ordenados a cada professor público, sendo o maior deles para os professores de 3ª entrância, que não necessariamente ministravam aulas a número elevado de alunos, mas estavam alocados em regiões prestigiadas. A mobilidade urbana também foi critério de avaliação das localidades do Recife e de Olinda, pois, muitas vezes, a possibilidade de acesso dos alunos às aulas e dos delegados literários responsáveis pela fiscalização de escolas limitou espaços de convivência desses professores e justificou o tratamento diferenciado em algumas regiões. É possível afirmar que o tratamento dado aos professores da capital era privilegiado, e, de maneira geral, a destinação de recursos dos cofres públicos estava diretamente ligada à classificação das entrâncias. Dessa forma, incorporamos às nossas interpretações estatísticas a mesma noção da época, como melhor forma de compreender a distribuição espacial a que estava submetida a educação do século XIX em Pernambuco. Também listamos algumas outras localidades estudadas como forma de

10 De acordo com a pesquisa, a região que correspondia ao Recife e a Olinda, conforme os discursos das pessoas nos documentos, compreendia uma vasta região que ia desde a divisa com o atual município do Cabo (Recife) até o limite de Marinha Farinha (Olinda).

11 Em 1891, Cavalcanti seria convidado pelo Marechal Deodoro da Fonseca para reger, interinamente, o primeiro Ministério da Educação.

abordar alguns assuntos com mais clareza e comparativamente. Ressalte-se, novamente, que os nomes dados — “Centrais” e “Subúrbios” — são para fins meramente de pesquisa, para análise dos dados e tabelamentos. Abaixo listamos as localidades, de acordo com a divisão supracitada.

Quadro 1
Localidades pesquisadas (1872-1890)¹²

Recife		
Centrais		Subúrbios
1. Aflitos		1. Apipucos
2. Arraial		2. Areias
3. Beco do Espinheiro		3. Barra de Jangada
4. Boa Vista		4. Barro Vermelho
5. Campo Grande		5. Batalha [Muribeca]
6. Capunga		6. Boa Viagem
7. Casa Forte	7. Campo Alegre da Estrada de Belém	8. Candeias
8. Coelhos		9. Cavaleiro [Jaboatão]
9. Cruz das Almas [Graças]		10. Curcunannas (Comarca)
10. Encruzilhada		11. Encanamento (Comarca)
11. Ilha dos Ratos		12. Engenho do Meio
12. Jaqueira		13. Estância
13. Mayaral		14. Estrada do Caxangá
14. Passagem da Madalena		15. Feitosa
15. Quadro Cantos [Boa Vista]		16. Focinho do Boi
16. Remédios		17. Fundão
17. Santo Amaro das Salinas		18. Gurjaú de Cima
18. Santo Antônio		19. Ilha do Pina
19. São Frei Pedro Gonçalves do Recife		20. Iputinga
20. São José		21. Jiquiá
21. São José do Manguinho [Graças]		22. Monteiro
22. Soledade		23. Muribeca
23. Torre		24. Nossa Senhora da Paz de Afogados
24. Travessa do Calabouço		25. Paiva (Comarca)
25. Vila de Paissandú		26. Pau Ferro
		27. Peres
		28. Piedade
		29. Poço da Panela
		30. Prazeres
		31. Santana
		32. Santo Amaro de Jaboatão
		33. Tejipió
		34. Várzea
		35. Venda Grande
Total: 60 localidades		

12 Brasil, Arquivo Público Jordão Emerenciano (BR, APJE), Instrução Pública, Códices da Instrução Pública (CIP), 26-54. A toponímia e a grafia da época foram mantidos, com as correspondências atuais entre colchetes.

Olinda	
Centrais	Subúrbios
1. Amparo	1. Água Fria
2. Curato da Sé	2. Arrombados
3. Duarte Coelho	3. Boa Hora
4. Estrada Nova de Beberibe	4. Conceição de Maranguape
5. Pátio de São Pedro	5. Conceição dos Milagres
6. Porto da Madeira	6. Cumbe
7. Praia de São Francisco	7. Forno do Cal de Olinda
8. São Pedro Mártir de Olinda	8. Praia do Janga
9. Bom Sucesso	9. Maranguape
	10. Maria Farinha
	11. Maricota
	12. Nossa Senhora do Ó de Maranguape
	13. Rio Doce
Total: 22 localidades	

Os professores públicos

De acordo com a divisão acima, identificamos, ao longo dos 19 anos analisados, 326 professores que, em algum momento nesse período, foram professores públicos no Recife e em Olinda. O total geral de professores analisados foi de 417; dentre estes, 91 atuaram em localidades fora do âmbito do Recife e de Olinda. Consideramos necessário investigar estes 91 professores para construirmos um entendimento mais global da atuação do magistério em Pernambuco, assim como para a análise de questões sociais mais evidentes nas localidades interioranas do estado — tais como os conflitos entre as populações e os delegados literários etc. — que não são evidentes na metrópole.

No segundo ano da República, 1890, e período final para nossa pesquisa, contava-se a seguinte distribuição do professorado, dentre os que haviam sido em algum momento alocados nas regiões supracitadas.

Quadro 2
Distribuição de professores (1872-1890)¹³

Recife		Olinda		Interior	Sem informação
Centrais	Subúrbios	Centrais	Subúrbios		
153	77	19	22	9	46
230		41		9	46
326					

13 BR, APJE, CIP, 26-54. “Interior” refere-se aos professores que passaram por Recife e Olinda, mas encontravam-se no interior do estado em 1890. “Sem informação” engloba professores particulares, subvencionados e outras situações.

Podemos inferir que os professores de Recife representam, no mínimo (é muito provável que os professores particulares e subvencionados supracitados também se estabelecessem no Recife, aumentando ainda mais a proporção), 70% do número de professores da Região Metropolitana. Os professores públicos vivenciavam quatro situações funcionais, regulamentadas em lei. Podiam ser professores públicos vitalícios, professores públicos efetivos, professores interinos ou professores contratados. De acordo com estas situações funcionais, no total de professores da província, encontramos:

Quadro 3
Professores por gênero e situação funcional (1876-1889)¹⁴

Ano	Masculino					Feminino					Total	Relatório Educação	Inconsistências
	Vit.	Efet.	Int.	Cont.	Total	Vit.	Efet.	Int.	Cont.	Total			
1876	98	135	4	34	271	87	128	10	20	245	516	331	-185
1877	106	28	9	28	171	52	71	12	17	152	323	323	-
1878	111	23	23	27	184	52	71	16	16	155	339	339	-
1879	91	29	7	26	153	81	54	7	15	157	310	310	-
1880	88	29	35	4	156	81	52	45	-	178	334	334	-
1881	88	81	23	-	192	80	62	30	-	172	364	364	-
1882	81	85	26	-	192	82	82	32	-	196	388	388	-
1883	79	82	70	-	231	77	116	51	-	244	475	475	-
1884	104	69	23	1	197	110	76	11	-	197	394	394	-
1885	104	69	1	32	206	110	76	5	25	216	422	422	-
1886	211	4	9	19	243	154	7	15	17	193	436	436	-
1887	199	6	-	21	226	225	15	-	16	256	482	533	51
1888	224	6	37	-	267	253	15	55	-	323	590	590	-
1889	149	16	3	28	196	195	49	7	42	293	489	489	-

Outra ótica também analisada é em relação ao número geral de professores do estado. De acordo com o Relatório da Instrução Pública de Pernambuco do ano de 1889, apresentado ao Presidente do Estado pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, Arthur Orlando, havia 489 professores espalhados por todas as regiões.¹⁵ Desta forma, Recife concentrou aproximadamente 47% de todos os professores, e, se levarmos em consideração Recife e Olinda, este número passa para 57%. Observe-se ainda que, a partir de 1887, o número de professoras nessas duas cidades supera o número de professores.

14 BR, APJE, Instrução Pública, Relatórios da Instrução Pública (RIP), 1876-1889. "Vit.", "Efet.", "Int." e "Cont." significam, respectivamente, "Vitalícios", "Efetivos", "Interinos" e "Contratados". As duas colunas à direita representam o total de professores informado anualmente pelo Diretor Geral no Relatório da Educação, e eventuais inconsistências entre este número e os totais contabilizados na documentação.

15 BR, APJE, RIP, *Relatório da Instrução Pública de Pernambuco*, 1889.

Contexto econômico brasileiro na segunda metade do século XIX

A feminização do magistério em Pernambuco — e aqui defino “feminização” como superioridade numérica em relação ao total de professores da província — ocorreu em um período de crise financeira para a região. O final do século XIX, para a província de Pernambuco, é marcado por sucessivas secas — mais notadamente a de 1878 e 1879 — além de intermitentes casos de epidemias.¹⁶

Mas é a partir do relato de duas cartas endereçadas por duas professoras públicas à Secretaria da Instrução Pública, que podemos argumentar acerca das dificuldades financeiras da província, durante o Segundo Reinado e o Governo Provisório republicano. A primeira carta, da professora Francisca Alves de Azevedo, de Água Branca, (atualmente pertencente ao estado da Paraíba, a cerca de 400 km de Recife no sertão do Pajeú), data de 26 de novembro de 1889, sete dias após a instauração da República em Pernambuco.¹⁷

Ilmo Sen.

Pulsando no meu peito de brasileira um titânico entusiasmo pelo agigantado passo que deu o Brasil, venho por meio deste oferecer metade dos meus vencimentos mensais a contar de janeiro do ano vindouro até dezembro, para auxiliar o déficit público que minha pátria contraiu com o estrangeiro.

Saúde e fraternidade¹⁸

16 A seca de 1878 foi tão expressiva que a Câmara de Deputados não votou leis provinciais neste ano. Não há registro de publicação no código de leis até 1879. Por sua vez, entre 1873 e 1890, registrei 34 relatos de epidemias feitos por professores ou moradores de localidades pernambucanas: Gravatá (janeiro de 1873); São Bento; Panellas; Cruangy; Timbaúba; Tanques (julho de 1875); Canhotinho (1877); Barreiros (setembro de 1878); Altinho (setembro de 1878); Bezerras (outubro de 1878); Vicência (outubro de 1878); São Caetano da Raposa (febre amarela); Paudalho (bexigas, setembro de 1878); São Vicente (outubro de 1878); Canhotinho (novembro de 1878); Preguiça (janeiro de 1879); São Bento (janeiro de 1879); Vertentes (novembro de 1879); Paudalho (outubro de 1880); Taquaratinga (janeiro de 1881); Alagoa do Carro (julho de 1882); São José da Coroa Grande (agosto de 1882); Gravatá (agosto de 1882); Alagoa do Carro (agosto de 1882); Peres (maio de 1883); Igarassú (maio de 1883); Igarassú (junho de 1884); Caruaru (junho de 1884); Riacho Doce (julho de 1884); Porto de Galinhas (julho de 1884); Pedra Branca (agosto de 1884); Taquaratinga (novembro de 1884); Rio Doce (fevereiro de 1889); capital (1890). BR, APJE, CIP, 26-54.

17 Deve-se levar em consideração que, dadas a distância e as dificuldades enfrentadas pelo sistema de correio do Império, impressiona que, em apenas sete dias, esta professora tenha declarado seu apoio à República.

18 BR, APJE, CIP, 51, p. 282, anexo 1, *Carta da Professora Francisca Alves de Azevedo ao Inspetor da Instrução do Estado de Pernambuco*, Arthur Orlando da Silva, 28 nov. 1889.

Manuel Correia de Andrade, em seu livro *História das usinas de açúcar em Pernambuco*, quando aborda o final do século XIX, argumenta que as tentativas de implantação dos engenhos centrais — que fracassaram — assim como a contração de empréstimos para as primeiras usinas e para o sistema ferroviário que servia a indústria açucareira são alguns dos aspectos da progressiva dívida externa que contraiu Pernambuco na sua tentativa de modernização.¹⁹ Evaldo Cabral de Mello, assim como Manuel Correia, em seu livro *Norte agrário e o Império*, também faz uma análise da situação financeira do norte do Império, quando argumenta acerca dos fundos de emancipação dos escravos — fator de intensa disputa entre o sul e o norte — assim como o fundo de imigração estrangeira que, no final do Império, destinava a maior parte dos fundos públicos da corte para agricultores e empresários sulistas.²⁰ Os empresários pernambucanos, diante de tal quadro, contraem sucessivos empréstimos com bancos estrangeiros — notadamente os ingleses — na tentativa de modernização e sobrevivência das lavouras de cana. Em 5 de dezembro de 1889, outra professora pública, esta de São Frei Pedro Gonçalves do Recife, na capital, também repete o “ato patriótico”:

Sen. Diretor da Instrução Pública

No intuito de também concorrer com uma soma qualquer para o pagamento da dívida externa da Nação Brasileira, que ora atravessa uma crise política tão simpática pela mudança radical da forma de governo para a República, folgo em comunicar-vos que resolvi fazer descontar dos meus ordenados de professora pública a quantia de dois mil réis mensais a contar do mês próximo de janeiro de 1890 até o completo pagamento daquela dívida. Sinto sinceramente não poder concorrer em quantia maior como era meu desejo, mas acreditai Sem Diretor, que os meus compromissos não permitem mais. É o que me cumpre comunicar-vos.

Saúde e Fraternidade²¹

O que leva os professores públicos a tal ato de empatia com a recente República? Para responder a isso seria necessária uma pesquisa mais profunda acerca do advento da República em Pernambuco. Mas é de se considerar que as sucessivas secas registradas, assim como as epidemias,

19 Manuel Correia de Andrade, *Historia das usinas de açúcar de Pernambuco*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1989, p. 114.

20 Evaldo Cabral de Mello, *O norte agrário e o Império: 1871-1889*, 2. ed. rev, Rio de Janeiro, Topbooks, 1999, p. 299.

21 BR, APJE, CIP, 51, p. 306, anexo 1, *Carta da Professora Pública Maria Florentina de Góes Cavalcanti ao Diretor da Instrução do Estado de Pernambuco*, 13 dez. 1889.

somadas a um contexto de empréstimos estrangeiros que só aumentavam a dívida pública, além da “negligência” da Corte com as províncias do norte, davam alguns dos aspectos de insatisfação para com o governo e o alimento necessário para a esperança em um sistema político que trouxesse o progresso. Maria Tereza Chaves de Mello em seu livro *A República consentida*, que aborda a opinião pública da população carioca sobre o Segundo Reinado, mostra como o regime monárquico perdeu paulatinamente a admiração e o respeito como sistema de governo eficaz e representante do progresso tão presente nos discursos do fim do século XIX.²² Não diferentemente, eram os professores públicos em Pernambuco que, vez ou outra, apareciam nos registros sendo acusados de falar mal do governo, como ocorreu com o professor de Tejipió, Joaquim Manoel de Oliveira e Silva. Apontam os moradores:

Ilm^o e Exm^o Sen. Presidente da Província

É muita audácia do professor de Tejipió Joaquim Manoel d’Oliveira e Silva, estar constantemente de porta em porta cabaltando contra o governo e faltando de dar aula a seus alunos sem se temer de coisa alguma e queremos saber se esse professor fica impune cometendo semelhante abuso.

Tejipió 2 de outubro de 1876

Os habitantes de Tejipió²³

Quem defende o professor é o delegado literário:

verifiquei que era exagerada a notícia que deram a V.S.^a. O professor Joaquim Manoel só deixou de dar aula no dia 2 deste mês. O que é exato é que o referido professor é partidário exaltado e em sua oposição a atualidade política, não guardou as conveniências a que está obrigado na qualidade de professor público, que me parece, em razão do ofício, tem deveres mais restritos em política do que outro qualquer empregado público.²⁴

A insatisfação para com o regime monárquico se elevou irremediavelmente após a Guerra do Paraguai. As despesas nacionais com a

22 Maria Tereza Chaves de Mello, *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*, Rio de Janeiro, Editora FGV, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, p. 244.

23 BR, APJE, CIP, 31, p. 425, anexo 1, *Carta dos moradores de Tejipió ao Presidente da Província*, 11 out. 1876.

24 BR, APJE, CIP, 31, f. 435, anexo 1, *Carta do Delegado Literário de Tejipió ao Presidente da Província de Pernambuco*, 19 out. 1876.

guerra, assim como o contingente humano empregado, teve conseqüências financeiras profundas na organização nacional monetária. Afirma Luís Carlos Delorme Prado que:

A estrutura financeira do país e a inadequada política monetária do governo imperial não contribuiu para a aceleração do crescimento econômico, mas, ao contrário, reforçou as dificuldades criadas pelas restrições ao mercado doméstico e as ineficiências típicas de uma sociedade agrária e escravocrata.²⁵

Tendo analisado o contexto econômico do final do século XIX, é possível agora traçarmos um panorama da educação pública em Pernambuco neste período.

As escolas noturnas

As escolas noturnas eram, majoritariamente, destinadas a formação de professores/as, assim como para alunos adultos e libertos, visto que esses discentes eram quase sempre trabalhadores no período diurno. São essas escolas que contribuíram para a escolarização e profissionalização feminina em crescente demanda — visto que a Escola Normal era insuficiente para a quantidade de professoras necessárias e, muitas vezes, inacessível à mulher de baixa renda.

Ao longo da pesquisa, foram contabilizadas 81 escolas noturnas que funcionaram em Pernambuco. A permanência dessas escolas, entretanto, não ocorreu de maneira equilibrada, chegando mesmo a quase todas serem fechadas — excluindo as sete principais da capital (São José, Santo Antônio, Santo Amaro, São Frei, Boa Vista, Madalena, Curato da Sé) — abruptamente pelo Governo Provincial, em 1883, por determinação do Diretor Geral da Instrução Pública, João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Não é conhecida a causa do fechamento das escolas noturnas a partir da documentação trabalhada. Muitas dessas escolas foram frutos do esforço e da persistência de professores ou moradores de localidades, geralmente distantes do Recife ou pobres. Das escolas analisadas, 75 eram destinadas aos adultos homens; apenas seis escolas femininas noturnas foram abertas em Pernambuco.

25 Luís Carlos Delorme Prado, "A economia política das reformas econômicas da primeira década republicana", *Revista Análise Econômica*, 21, 39 (2003).

Na região estudada, entre Recife e Olinda, contabilizamos a criação de 36 escolas noturnas, no período que vai desde 1872 até 1890, abaixo relacionadas:

- Afogados;
- Beberibe;
- Boa Vista (três, das quais uma feminina);
- Campo Grande;
- Capunga;
- Conceição de Maranguape;
- Curato da Sé de Olinda;
- Estância (feminina);
- Jaboatão;
- Madalena;
- Monteiro (duas);
- Muribeca (duas, sendo uma feminina);
- Paratibe (feminina);
- Peres;
- Porto da Madeira;
- Santo Amaro das Salinas (duas);
- Santo Antonio (três, sendo uma masculina, uma feminina e outra para libertos);
- São Frei Pedro Gonçalves (uma masculina e outra para libertos);
- São José;
- São Pedro Mártir de Olinda;
- Tejipió;
- Torre (feminina);
- Travessa do Calabouço (uma masculina e outra para libertos);
- Várzea;
- Venda Grande;
- Caxangá;
- Encruzilhada.

As escolas noturnas não gozavam de muita frequência de alunos. No entanto, podiam servir de meio para assegurar posições de destaque em determinadas localidades, assim como também refletiam o desejo de professores de contribuírem para a educação de adultos, visto que em muitas localidades interioranas (como Escada, que tinha tanto escola masculina como feminina gratuitas) e em localidades mais próximas a Recife, a regência

da escola noturna era menos prestigiada.²⁶ Dos trinta e seis professores que contabilizamos, vinte ofereceram-se para reger gratuitamente suas aulas. A disputa pelas aulas noturnas, muitas vezes, chegava ao ponto da barganha e do apelo, como vemos nas petições de Benjamin Ernesto Pereira da Silva e João José Rodrigues. Estes professores requereram, em 1881, a cadeira noturna de São Frei Pedro Gonçalves do Recife (capital) devido à jubilação do professor Antonio Rufino de Andrade Luna, portanto a ser substituído. Vejamos:

João José Rodrigues oferece-se a serviço gratuitamente na aula noturna que vagou [...] devendo reverter em benefício de uma Caixa Econômina Escolar que o suplicante deseja fundar, metade da gratificação que lhe concede pelo exercício da referida escola e a outra metade deverá ser aplicada a compra de casa para escolas primárias.²⁷

Ao passo que no parecer do delegado literário à petição de Benjamin Ernesto lemos:

julgo de toda justiça que seja nomeado o peticionário para reger a referida cadeira não só por que tem cumprido os seus deveres com a maior inteligência, zelo, dedicação e moralidade, como também porque é casado e tem a seu cargo numerosa família. Além disso o dever do cargo de delegado literário dessa freguesia, que ocupo a longos anos me obriga a dizer que o peticionário no espaço de dez anos que exerce o magistério não tem dado a menor falta nem gozado licença alguma, tem apresentado grande número de discípulos aprovados com distinção e plenamente, e sua aula é de todas a mais frequentada, sendo este ano por 116 alunos, o que prova a grande vocação que tem para o ensino. Sua conduta civil como moral se torna digna de todos os elogios.²⁸

A cadeira noturna foi dada afinal ao professor João José Rodrigues.

Quanto às aulas noturnas femininas, estas foram em reduzido número: seis, nas localidades de Boa Vista, Santo Antonio, Paratibe, Estância, Muribeca e Torre. Temos conhecimento das professoras Candida Menezes

26 Professores que acumulavam atividades no magistério tinham mais prestígio diante da Inspeção; tratava-se de um critério de desempate. Por exemplo, quando vários professores requeriam uma transferência para a mesma localidade, ter um "currículo" mais extenso de atividades pesava no deferimento do pedido.

27 BR, APJE, CIP, 37, f. 518, 17 nov. 1881.

28 BR, APJE, CIP, 37, f. 297v, anexo 1, 11 jul. 1881.

Drummond da Cunha (Boa Vista, gratuitamente); Maria Prisciliana Villela dos Santos (Torre, gratuitamente); Amélia Augusta de Moraes Quintal (Santo Antonio). A professora de Paratibe, infelizmente, não teve seu nome registrado na petição encontrada na documentação (durante o período pesquisado, houve duas professoras em Paratibe: Maria Amancia César de Souza, a partir de 1887 e Henriqueta Amelia de Menezes Lyra, a partir de 1872.²⁹ A professora de Estância era Francelina Forjaz de Lacerda, gratuitamente, e a de Muribeca, Ernestina Victorina Beranger, também gratuitamente. É importante ressaltar a criação dessas escolas noturnas femininas, pois elas serão essenciais para a formação de professoras (que, muitas vezes, foi exclusiva da Escola Normal), tanto quanto as escolas noturnas femininas criadas pela Sociedade Propagadora da Instrução Pública.³⁰ Esta sociedade, que ainda não foi devidamente estudada pelos historiadores, foi essencial para a educação de pessoas de baixa renda. Entretanto, a Escola Normal da Sociedade Propagadora não era bem vista pela sociedade recifense, tendo sido diferenciada na documentação da “Escola Normal Oficial”.

Escolas mistas

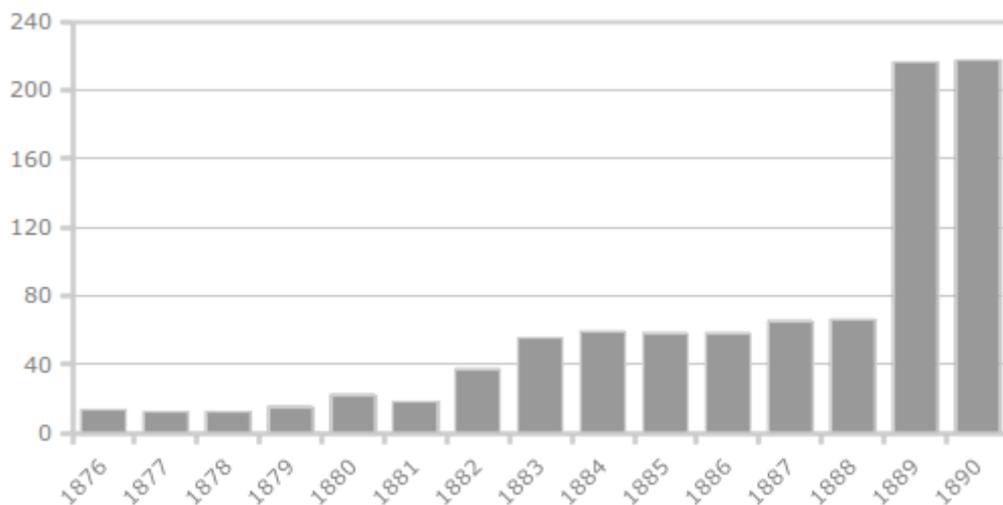
A lei que regulamenta as escolas mistas, no Brasil, data de 1879. No entanto, elas já existiam em Pernambuco, pelo menos, desde 1872. As informações sobre a sua existência, através dos Relatórios da Instrução Pública, só surgem a partir de 1876, quando já contava com treze escolas mistas espalhadas pela província. O advento da escola mista foi, ao que parece, uma tendência administrativa da Inspeção durante a década de 70 do século XIX e, mais fortemente, na década seguinte, como forma de contenção de gastos em localidades mais afastadas das freguesias centrais do Recife e de Olinda. Dessa forma, um estudo aprofundado das escolas mistas teria que, necessariamente, se voltar para as localidades do interior da província, visto que a transformação de cadeiras de um ou outro sexo

29 BR, APJE, CIP, 40, p. 221, 3 out. 1884. É provável que a professora Henriqueta tenha sido a requerente da escola noturna por ter permanecido no dito local por longos anos e também porque o pedido foi feito em 1884, já que somente em 1887 — três anos depois — a cadeira será da professora Maria Amância César de Souza.

30 A Sociedade Propagadora da Instrução Pública era uma organização de professores voluntários que visavam a formação de professores e professoras para o magistério público, assim como a educação de adultos pobres. A Escola Normal, por sua vez, também formava professoras, só que mediante mensalidade.

acontecia em decorrência de baixa frequência de alunos. A prática de recorrer à criação de escolas mistas tomou força com o declinar do Império, em meio à crise econômica supracitada, e contribuiu para a feminização do magistério. Isto porque as mulheres eram as únicas permitidas para regerem escolas mistas e a criação dessas últimas era imperativo para as demandas orçamentárias cada vez mais exigentes. O número de escolas mistas estava, portanto, aumentando rapidamente. Abaixo vê-se um gráfico que ilustra a elevação do número de escolas mistas na província.

Gráfico 1
Número de escolas mistas em Pernambuco (1876-1890)³¹

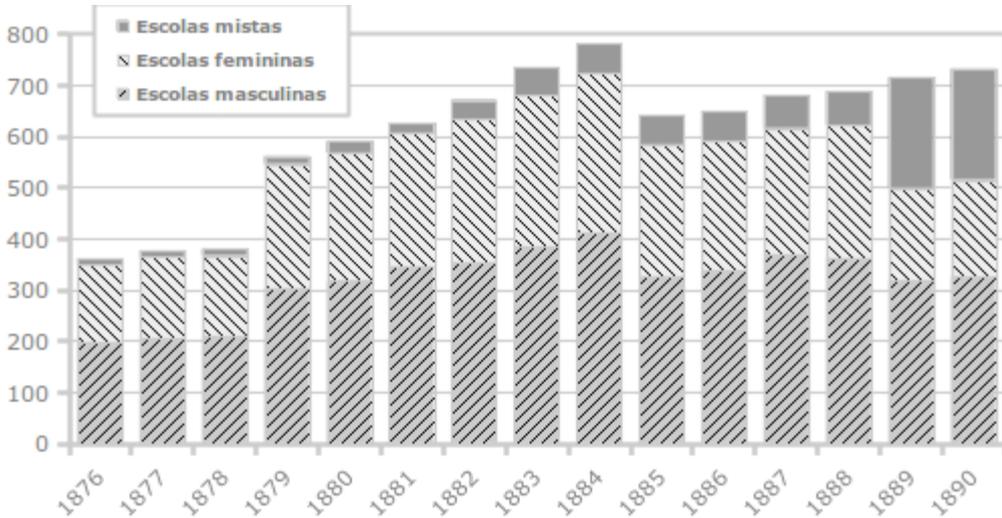


Em 1887, o então Inspetor Geral, João Barbalho Uchôa Cavalcanti, propõe a transformação de diversas escolas do interior da província em mistas, visando à supressão de 95 escolas públicas de um ou outro sexo e o “enxugamento” da despesa da Instrução Pública que, no ano em questão, já sentia a pressão financeira da elevação do número de escolas, de alunos e de professores — uma vez que, apesar de nem todos receberem vencimentos, o número de professores com vencimentos cresceu, assim como as despesas para a manutenção física das escolas — e de concessões de gratificações. A medida proposta por Cavalcanti não é posta em prática imediatamente, visto que muitos professores (homens) eram considerados vitalícios e invioláveis em sua posição no magistério e, portanto, não poderiam ser de imediato retirados de suas cadeiras para dar lugar a uma professora, que iria

31 BR, APJE, CIP, 26-54.

acumular tanto a aula masculina quanto a feminina da região. Abaixo, uma comparação percentual entre escolas femininas, masculinas e mistas em Pernambuco no período pesquisado.

Gráfico 2
Escolas masculinas, femininas e mistas em Pernambuco (1876-1890)³²



Podemos perceber que a instrução feminina foi a que mais abriu espaço para as escolas mistas. Em termos comparativos, a instrução masculina parece não se abalar com a criação de escolas mistas. É possível que a abertura do espaço tipicamente feminino da escola possa ter sido mais socialmente aceitável, pois um casal de irmãos, ou primos, poderiam frequentar uma escola mista de maioria feminina sem os entraves da moral da época. Outro argumento seria o “aproveitamento” da professora de uma determinada localidade para a regência de uma escola mista recém criada, dispensando-se, assim, o professor da escola masculina e a anexação dessa à escola da professora local. Concordamos, portanto, com a conclusão de June E. Hahner quando afirma que a escola mista

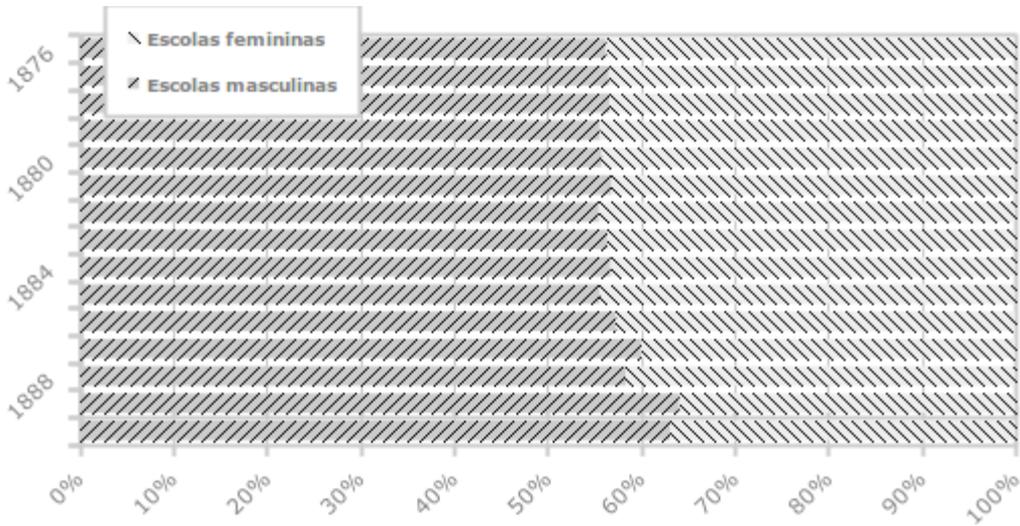
criou mais oportunidade para mulheres entrarem no magistério porque se podia confiar a regência das aulas mistas às mulheres, e não limitá-las a só lecionar nas escolas para meninas. E a introdução da coeducação nas escolas normais aumentaria o número de mulheres e diminuiria o

32 BR, APJE, CIP, 26-54.

número de homens matriculados, mudando, assim, o futuro caráter da magistratura.³³

Os custos de contratação de um professor público eram mínimos, visto que o local a ser utilizado como sala de aula era procurado pela própria professora — só obrigando (mas nem sempre) o estado a pagar o aluguel, com preço fixo para todas as regiões. Por muito tempo, era um pagamento de 5 mil réis, insuficiente para cobrir a quantia total de um aluguel, por exemplo, no centro do Recife. De maneira geral, o único custo do estado com a educação era o pagamento de aluguéis e os vencimentos dos professores.

Gráfico 3
Percentual de escolas masculinas e femininas em Pernambuco (1874-1890)³⁴



Acima percebe-se que a instrução pública de cada sexo tendia a uma leve maioria de cadeiras masculinas em relação ao total, mas não de maneira muito superior ao número de cadeiras femininas. Na verdade, observa-se um equilíbrio do número de escolas de um e de outro sexo até 1889, quando o número de escolas exclusivamente femininas decaiu com o fim do Império em 1889. Na região estudada, encontramos 22 escolas mistas em comparação com as 217 totais encontradas no estado em 1890. Percebe-se que as localidades centrais do Recife e de Olinda não tinham muitas escolas mistas. Primeiramente, porque os professores dessas regiões gozavam de um

33 Hahner, “Escolas mistas, escolas normais”, p. 468.

34 BR, APJE, CIP, 26-54.

prestígio de antiguidade em suas cadeiras que os tornavam praticamente invioláveis, portanto, menos passíveis de serem substituídos por uma professora ou terem suas cadeiras transformadas em mistas. Segundo, freguesias como Boa Vista e São Frei Pedro Gonçalves, ambas cadeiras que fazem parte hoje da capital pernambucana, tinham escolas em que a frequência superava 100 alunos do sexo masculino.³⁵ Terceiro, as escolas mistas não tinham prestígio social nesta época e foram criadas em localidades onde a sua existência tornou-se o único caminho para a continuação do ensino público, evitando-se, assim, o definhamento generalizado do ensino no restante da província. O que se pode perceber é que as localidades centrais do Recife e de Olinda detinham grande parte do orçamento, dos professores, das cadeiras, dos alunos e do prestígio social, o que levava a Inspeção a deter sua atenção, na maior parte das vezes, para essas localidades que para o Interior. As escolas mistas surgem, então, como uma alternativa para o momento financeiro na província. Nesse cenário, a perspectiva do magistério feminino e das autoridades locais dos delegados literários (no fim do Império eram mais autônomos em relação à capital) — majoritariamente no interior — aprofundaram os conflitos entre a instrução pública e a população, efeitos de um governo que se adapta aos tempos de crise.³⁶

A população escolar do Recife cresceu na década de 80 do século XIX. Juntamente, cresceu a quantidade de professores, as despesas com infraestrutura e as gratificações. O orçamento, entretanto, cresceu poucos contos de réis e, em alguns anos, chegou a cair. Abaixo, trago uma análise do número de alunos matriculados e frequentes das aulas públicas e particulares em Pernambuco no período analisado. Vemos, de maneira geral, que a população escolar cresceu. No quadro abaixo foram sistematizados os dados de matrícula e frequência apresentados pelo Inspetor de Instrução Pública ao Presidente da Província. As muitas omissões — tais como as frequências das aulas noturnas femininas — nos leva a acreditar que o número de alunos era muito superior ao apresentado.

35 Em 1875, a escola masculina de São Frei Pedro Gonçalves do Recife com frequência superior a 100 alunos foi confiada a uma mulher, sendo a primeira escola masculina regida por mulheres na província.

36 Boa parte dos cargos de delegado literário — que era voluntário — era exercido pelas autoridades locais: juizes, promotores, donos de engenho.

Quadro 4
Matrículas e frequência de alunos em Pernambuco (1872-1889)³⁷

Ano	Escolas masculinas							
	Diurno		Noturno		Particular		Total	
	Mat.	Freq.	Mat.	Freq.	Mat.	Freq.	Mat.	Freq.
1872							7.937	
1873							9.036	
1874	8.669	6.299	367	244	1.048	685	10.084	7.228
1875	7.640	5.268	343	258				
1876		5.388		264			6.673	4.807
1877	8.178		499			1.161		
1878	8.342		419					
1879		4.352		259		333		4.944
1880	3.826		176		671		4.334	
1881		4.314				921		5.235
1882	8.085	4.894	769	255	559	186	9.413	5.335
1883	8.216	5.367	720	467	458	304	9.394	6.138
1884	9.399	6.266	732	488	807	583	10.938	7.337
1885	10.677	7.118	297	198	571	380	11.545	7.696
1886	10.332	6.420	317	135	475	316	11.124	6.871
1887	8.838	5.682	320	141	720	482	9.884	6.305
1888	8.388	5.244	288	144	1.004	668	9.680	6.056
1889	9.523	6.454	325	231	1.012	675	10.860	7.350
Ano	Escolas femininas							
	Diurno		Noturno		Particular		Total	
	Mat.	Freq.	Mat.	Freq.	Mat.	Freq.	Mat.	Freq.
1872							4.919	
1873							5.360	
1874	5.360	4.143			331	329	5.891	4.472
1875	5.141	3.428						
1876		3.963					4.636	3.505
1877	5.757		15			1.521		
1878	5.757		15					
1879		3.377				611		3.988
1880	3.091				731		3.456	
1881		3.259				839		4.098
1882	6.532	4.264			414	138	6.946	4.402
1883	6.566	4.320			382	255	6.948	4.575
1884	6.666	4.444			580	386	7.246	4.830
1885	8.806	5.870			296	206	9.102	6.076
1886	7.134	5.121			386	256	7.520	5.377
1887	6.813	4.805			443	294	7.256	5.099
1888	5.244	4.808			248	164	5.492	4.972
1889	6.479	4.852			315	212	6.794	5.064

37 BR, APJE, CIP, 26-54. Os totais refletem a informação dos relatórios, e podem apresentar discrepâncias em relação aos demais números para o mesmo ano.

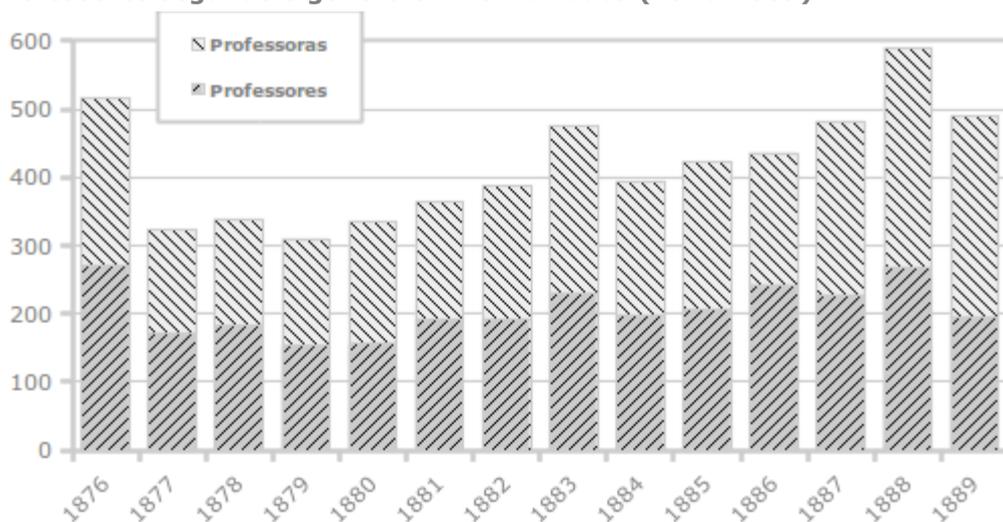
Ano	Escolas mistas		Total geral	
	Mat.	Freq.	Mat.	Freq.
1872			12.856	
1873			14.396	
1874			15.975	11.700
1875			13.124	8.954
1876	94		11.309	8.312
1877			14.449	
1878			14.533	
1879				8.932
1880	305	172	15.581	
1881				9.333
1882			16.359	9.737
1883	781	498	17.123	11.211
1884	1.178	784	19.363	12.951
1885	1.970	1.391	22.617	15.163
1886	1.996	1.257	20.640	13.505
1887	1.887	1.365	19.083	12.769
1888	2.041	1.398	17.213	12.426
1889	4.561	3.167	22.215	15.591

Feminização do magistério

As escolas mistas, as escolas noturnas e a regência de escolas masculinas parecem serem, inicialmente, aspectos fundamentais para entender o processo de feminização do magistério que ocorreu no final do século XIX em Pernambuco. Outros fatores — tais como a diferença salarial entre sexos, a professora era mais barata, e a crise financeira do fim do Império — também contribuíram para esse processo.

O que encontramos no período pesquisado, entretanto, não é uma transformação que vai da supremacia masculina para a supremacia feminina no magistério. Na verdade, o que existe é um equilíbrio no número de professores e professoras na província de Pernambuco e, no final do Império e primeiros anos da República, um aumento sobre o número de professores existentes até então. Abaixo, apresento um gráfico comparativo do número de professores de ambos os sexos.

Gráfico 4
Professores segundo o gênero em Pernambuco (1876-1889)



É a partir de 1887 — constata-se que no mesmo período da elevação do número de escolas mistas — que o número de professoras no magistério público supera o número de professores.

A regência de escolas masculinas por professoras também foi um fator no processo de feminização do magistério. Em 31 de janeiro de 1874, João Barbalho Uchôa Cavalcanti lança a primeira medida para a expansão das mulheres no magistério público, quando envia ao Presidente da Província esta petição:

São hoje geralmente conhecidas as vantagens do ensino de alunos do sexo masculino confiado às professoras. A vocação das mulheres para a educação das crianças, a simpatia que inspiram a estas, o segredo de bem dirigi-las e empenha-las no estudo, tornando-o agradável e ameno, o dom de facilmente transmitir-lhes as noções e conhecimentos de que dispõem, tudo tem feito proclamar-se a mulher como sendo a mais competente para o magistério primário. Na Europa e na América, está isto conhecido. E entre nós as províncias de Minas e Ceará já têm escolas de meninos dirigidas por mestras. Sendo este um exemplo digno de imitação, pelos incalculáveis benefícios que deixa a esperar, que com relação ao aproveitamento dos alunos, quer por que se abrem assim as nossas patricias uma brilhante carreira em que se poderão empregar com grande vantagem para si e para a província, e convindo ao mesmo tempo preparar neste sentido a reforma que se vai fazer no ensino publico, tenho a honra de propor a V. Ex.^a se digne de nomear senhoras para reger provisoriamente as cadeiras primarias do sexo masculino que vagarem ou cujos professores obterem licença. [...] Iniciando

nesta província o ensino dos meninos por professoras, a V. Ex.^a caberá a gloria de ter assim admitido um melhoramento de grandíssimo alcance e de ter prestado um assinado serviço a pública instrução.³⁸

Sobre a atuação de Cavalcanti, destaca Hahner:

Alguns educadores, como João Barbalho Uchôa Cavalcanti, inspetor Geral da Instrução Pública de Pernambuco na década de 1870, onde se pretendeu criar num estabelecimento “para os dois sexos um curso normal comum e simultâneo”, juntaram aos argumentos econômicos a favor das escolas mistas o da sua contribuição para “a amenidade dos costumes”. Proclamaram que “reunir os alunos de ambos os sexos para ministrar-lhes em comum ensino é uma das providências mais vantajosas que se podem adotar na instrução pública”; a rivalidade entre os dois sexos resultaria em “mais aplicação, mais assiduidade, melhores lições, mais proveito e adiantamento”. Cavalcanti não só queria dar a preferência da regência das escolas primárias às senhoras, as quais tratariam como mães as crianças, mas achava que “as aulas mistas [...] a elas devem ser confiadas exclusivamente.” Assim, foram criadas aulas mistas com mais crianças para as professoras ensinarem, maiores eram as possibilidades de aumentar o número de mulheres no magistério.³⁹

A primeira professora indicada para reger uma escola masculina foi Flora da Silva Antunes para a 4^a cadeira de Santo Antonio. A professora negou a indicação (por motivo desconhecido) e então é nomeada uma outra professora, Maria Cândida Figueiredo Santos, que inicia, na mesma localidade, a regência de escolas masculinas por mulheres na província de Pernambuco em 1875. No entanto, essas professoras não permaneciam muito tempo em cadeiras masculinas, requerendo transferência para cadeiras femininas. Não se sabem os motivos que levavam essas mulheres a rejeitarem as escolas. Em todo caso, encontramos quinze escolas masculinas que, seguramente, tiveram regência feminina.

38 BR, APJE, CIP, 29, p. 5. Na Corte, a liberação do magistério feminino para turmas masculinas só ocorreu em 1879. Ver Uekane, “Mulheres em sala de aula”.

39 Hahner, “Escolas mistas, escolas normais”, p. 469.

Quadro 5
Cadeiras masculinas com regência feminina em Pernambuco (1875-1890)⁴⁰

Professora	Ano	Cadeira(s)	Observações
Maria Candida Figueiredo Santos	1875	4ª Santo Antônio	Pede cadeira feminina da Boa Vista
Francelina Forjaz de Lacerda	1875	Estância; 6ª Boa Vista	Também rege escola noturna para meninas e adultas, com aulas extras de música, canto e francês
Thereza Alexandrina de Barros Melo	1875	Rua Marcílio Dias	Pede cadeira feminina da Boa Vista
Leobina de Barros Cavalcanti Lins	1878	4ª Santo Antônio	
Cosma Elvira de Araújo	1879	Coelhos	
Anna Bezerra Cavalcanti da Silva Costa	1881	2ª Passagem da Madalena	
Isabel Francisca de Quental	1882	Poço da Panela	
Emília Alexandrina de Albuquerque Pereira	1884	2ª Afogados; 5ª São José	Pede cadeira feminina de São José
Leovigilda da Silva Cordeiro	1884	3ª São José	Pede cadeira feminina de São José
Maria Amancia César de Souza	1884	Paratibe	Pede para ser transferida para a cadeira feminina da mesma localidade
[Sem indicação de nome]	1885	Ponte dos Carvalhos	Posteriormente transformada em mista
Amália Maria Vieira de Barros	1885	1ª São Frei Pedro Gonçalves	Pede para ser transferida para a cadeira feminina da mesma localidade
Henedina Floresta dos Santos Cordeiro	1888	1ª São Frei Pedro Gonçalves	
Thereza Porfíria de Jesus e Silva	1889	1ª Santo Amaro das Salinas	
Francisca Seráfico de Assis Carvalho	1890	2ª São Frei Pedro Gonçalves	

Também foram encontrados pedidos de professoras para regerem escolas masculinas, mas não se sabe se foram concedidos. Em 1879, Waldetrudes Primitiva da Fonseca Teles e Maria Paulina Alves dos Santos solicitaram a regência de cadeiras masculinas no Beco do Espinheiro; três anos depois, Henriqueta Amélia de Menezes Lyra pediu para reger uma cadeira masculina em São José ou Afogados: em 1887, Maria do Rosário Pinheiro solicitou a 2ª cadeira masculina de Santo Amaro das Salinas; finalmente, em 1890, Maria Cintra Lima pediu a regência da uma aula masculina em Porto da Madeira.⁴¹

A feminização do magistério também tem outros influências. Além da escola mista, que já foi apontada acima e também das escolas masculinas regidas por mulheres, também encontramos referências em que as professoras barganhavam cadeiras de maneira a conseguirem aprovar

40 BR, APJE, CIP, 26-54.

41 BR, APJE, CIP, 26-54.

suas petições, como foi o caso de Francisca Seráfico de Assis Carvalho, que solicitou a cadeira de Santana:

A professora Francisca Seráfico de Assis Carvalho, na petição que junto devolvo, se oferece a reger a cadeira de ensino misto cuja criação reclamam os habitantes do lugar Sant'Anna, de Jaboaão, correndo por conta da mesma, as despesas com o aluguel da casa e mobília para a escola. [...] *Dá-se em todo caso um benefício à localidade e uma economia para a província que fica com uma escola relativamente barata.* Penso, pois, que pode ser aceita o oferecimento, assinando a professora termo, perante o Tesouro Provincial, no sentido de sua petição, com as garantias que forem necessárias [...].⁴²

Apesar do salário, muitas vezes, ser inferior para a mulher professora, a profissão trazia para muitas mulheres de baixa renda possibilidade de independência financeira, segundo Hahner. Afirma também o autor, dando base à argumentação supracitada, que a escola mista “era aceita apenas por uma questão econômica, particularmente em cidades onde o ensino separado entre os sexos demonstrava que os custos eram muito elevados”. E continua a ressaltar o caráter econômico ao dizer que “a maternidade espiritual serviu como uma justificativa para empregar mais, e mais barato, professoras”.⁴³ Em Minas Gerais, não parece ser diferente, pois afirmou o Secretário do Interior, em 1906, que “a professora com mais docilidade sujeita-se aos reduzidos vencimentos com que o Estado pode remunerar o seu professorado”.⁴⁴

Para a construção do entendimento da feminização do magistério temos, portanto, a contribuição das escolas mistas, das escolas masculinas e do esforço de certas professoras por regências de escolas. Caminhos estes muitas vezes favoráveis à situação dos cofres públicos em Pernambuco no fim do Império.

42 BR, APJE, CIP, 28 out. 1878, f. 386v (grifo nosso).

43 Hahner, “Escolas mistas, escolas normais”, p. 468-471.

44 Apud Faria Filho e Macedo, “A feminização do magistério em Minas Gerais”, p. 6.

Conclusão

O tema em questão é ainda pouco estudado em Pernambuco. A pesquisa que aqui apresentei é apenas um esboço para estudos futuros no campo da História da Educação. Muita documentação ainda precisa ser trabalhada, tanto no sentido geral, quanto nas particularidades inerentes a todo grande tema. Os professores públicos não são apenas uma maneira de olhar a história do ensino em Pernambuco, mas também uma classe social que permite olhar o passado imperial com lentes diferentes, muitas vezes sem lado definido. O processamento dos dados pesquisados mostrou-nos um cenário complexo, no qual os professores públicos não apenas lecionam, mas também participam da vida social da sua região e da sua província. São atores sociais que conviveram com a pobreza da população, mas também com os grandes salões do Ginásio Pernambucano e da Escola Normal.

A feminização do magistério foi um tema que surgiu na vida desses professores e que, ao longo da pesquisa, foi se delineando em torno das questões apresentadas. A situação econômica pela qual passava a província, no fim do Império, não determinou, mas certamente influenciou a presença feminina no magistério e o surgimento das escolas mistas em Pernambuco. Para isso, contribuíram as sucessivas secas, ao longo da segunda metade do século XIX, as epidemias intermitentes e a dívida externa da província. Todos esses aspectos influenciaram, paulatinamente, a um redirecionamento das contas públicas da província para as necessidades da capital, deixando muitas localidades do interior reféns de mandatários locais e da solidariedade entre os habitantes para continuar sobrevivendo durante esse período.

Não diferente, a educação pública em Pernambuco sofreu das exigências financeiras a que foram submetidos os cofres públicos. Cortes no orçamento, aliado a um público discente crescente, obrigou ao Secretário de Instrução Pública, João Barbalho Uchoa Cavalcanti, a tomar medidas de ajuste e redirecionamento das verbas. A alternativa feminina para o magistério público foi uma dessas medidas, empreendidas no sentido de “enxugar” o “excesso” de cadeiras públicas localizadas nas regiões distantes da capital.

A aglutinação das cadeiras masculinas e femininas de localidades interioranas em torno de uma aula mista, ministrada por uma mulher, foi, ao que tudo indica, uma consequência de urgência nos anos derradeiros do Império — vimos que a equivalência entre o número de professores

masculinos e femininos se manteve constante ao longo do período estudado, só tendo uma maioria feminina no penúltimo ano do Império. Concluimos, portanto, afirmando que a feminização do magistério em Pernambuco foi, em grande medida, uma consequência das ações alternativas sobre a educação, visando a redução de custos e a não-extinção de aulas públicas em localidades distantes da capital.

recebido em 06/03/2013 • aprovado em 11/06/2013